

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCÁS
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR

I
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **001 - GUARDA CIVIL MUNICIPAL**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2022 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCÁS.

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

Primeiramente, a alternativa “a” afirma que entre os militares instalou-se a prática de tortura. O termo “militares”, de modo hiperonímico, abarca todo um grupo pertencente às Forças Armadas do Brasil, e não delimita/especifica, como informação-chave para a boa depreensão do texto-base, que estes fazem parte do Estado, não configurando, portanto, qualquer militar, e, sim, aqueles que, EXCLUSIVAMENTE, formam o Estado Brasileiro. Outrossim, o parágrafo 3º do texto em questão afirma “No caso brasileiro, faltou ao surto terrorista a dimensão que lhe foi atribuída”, contrariando o que expõe a alternativa “a” ao adjetivar a atividade terrorista como “intensa e massiva”. Finalmente, a alternativa “d” é clara ao sintetizar a intencionalidade do texto ao apresentar “dois princípios” de imediato expostos no texto: “A tortura tornou-se matéria de ensino e prática rotineira dentro da máquina militar por conta de uma antiga associação de dois conceitos” (§ 1º). O parágrafo 3º do texto-base assim encontra-se CORRETAMENTE escrito: “Em nenhum dos dois países [Estados Unidos e Irlanda] a tortura foi transformada em política de Estado”. (grifo nosso). No caso do governo de exceção instalado no Brasil na mencionada época, houve, conforme expõe o texto, a tortura instaurada enquanto política de estado para conter as supostas práticas terroristas. No mais, o § 6º afirma que “os paraquedistas do exército francês instalaram a tortura com política de Estado na repressão ao terrorismo”. Portanto, a alternativa “d” configura-se como a única correta possível.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 02

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º “Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”, tais práticas configuram-se, de fato, desumanas, conforme levanta o recorrente. Entretanto, os propósitos, gerais ou específicos, do texto revelam, como intencionalidade do texto-base, a questão moral e ética da tortura como política de Estado. Em relação ao título do texto, a ver, “A praga”, o termo-núcleo possui várias acepções, porém, aquela que resume e antecipa a intencionalidade do texto-base somente se dará através da leitura e interpretação deste, ou seja, do contexto. E, apesar de sugerir que o valor negativo de tais práticas, o título em si não corrobora para o argumento do recorrente, tendo em vista o exposto. Finalmente, o texto, como já mencionado, não possui a intenção de buscar argumentos para convencer o leitor de desumanos métodos, mas articular e relacionar conceitos sociais, religiosos e filosóficos socialmente estabelecidos às políticas de Estado do dito regime, tornando, desse modo, a alternativa “b” a única correta possível.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Primeiramente, o texto-base em nenhuma passagem menciona ou tem como objetivo tratar da eficiência ou não da tortura, mas, sim, articular acerca dos aspectos morais envolvidos nas práticas de tortura do Estado de exceção da época em questão. A citação que se figura no texto “confissões não se conseguem com bombons”, em 1960, atribuída ao bispo d. Geraldo Sigaud, simpatizante dos métodos políticos do regime ditatorial, período correspondente ao intervalo entre 1964 e 1985, claramente remete à anuência, pelo bispo, das práticas de tortura, independentemente da eficiência de tais métodos para se alcançar confissões de presos políticos. Assim, a alternativa “a” é a única correta possível.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

Para uma maior clareza em relação às sequências ou tipologias textuais, é necessário se ater aos elementos que as compõem, como, no caso na narrativa, há, segundo Adam (1992) apud Bonini (2005: 219) “seis características próprias da sequência narrativa: sucessão de eventos; unidade temática; predicados transformados; processo; intriga e moral.” E continua: “Além disso, afirma que na sequência narrativa mantém-se a atenção por meio da construção de um suspense, criado pelo estabelecimento de uma tensão e subsequente resolução.” Enquanto que argumentar “é a construção por um falante de um discurso que visa a modificar a visão de outro sobre determinado objeto, alterando, assim, o seu discurso”. Assim, o objetivo é convencer sobre a validade de posicionamento do produtor e o processo cognitivo envolvido é o julgamento.” (Idem, 2005). Referência: A IMPORTÂNCIA DO GÊNERO TEXTUAL E DO TIPO DE TEXTO COMO GRUPOS DE FATORES EM ESTUDOS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA (Leila Maria Tesch). E, portanto, em nenhum trecho do texto-base há a presença de elementos da sequência narrativa. Assim, a alternativa “a” é a única correta possível.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme palavras do(a) próprio(a) candidato(a), o termo “praga”, figurado no título do texto-base, é utilizado pelo autor de modo a sugerir que a prática da tortura possui valor negativo, correspondendo, assim, à resposta da alternativa “a”. Já a alternativa “d” afirma ser o termo em questão utilizado de modo denotativo, ou seja, em sentido real, dicionarizado, o que não condiz com o sentido do termo empregado pelo autor. Assim, a alternativa “a” a única correta possível. O termo “praga”, que figura no título, remete-se ao valor negativo da prática da tortura, atribuído pelo autor. Assim, a alternativa “a” a única correta possível.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022, PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCÁS, ESTADO DO CEARÁ, ANEXO III - PROGRAMA DAS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022, o conteúdo de LÍNGUA PORTUGUESA, referente ao cargo de Guarda Civil, compreende: Compreensão e interpretação de textos. Tipos e gêneros textuais. Frase e oração. Língua padrão: ortografia, acentuação gráfica, pontuação, classes de palavras, concordância nominal e verbal, regência verbal e nominal, sintaxe de colocação. Produção Textual. Formação de palavras. Palavras primitivas e derivadas.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com a classificação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, está podendo ser encontrada em forma de tabela ou disposta organizadamente em gramáticas da língua portuguesa ou sites de busca especializados na área, assim, sendo possível verificar que os pronomes pertencem à, respectivamente, 3ª pessoa do plural (os) e 3ª pessoa do singular (se). Ambos se referem a núcleos sintagmáticos distintos. O primeiro a “suplícios”, complemento nominal de “natureza imoral”; já, o “se”, elemento integrante do verbo pronominal “confundir-se”, em sua forma nominal gerúndio, refere-se ao núcleo do sujeito “natureza”, e não a “suplício”, conforme argumenta o(a) candidato(a). Assim, a alternativa “c” a única correta possível.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 10

Improcedem as alegações do recorrente.

O trecho da alternativa “b” que concentra o objeto-alvo do comando da então questão, no caso, onde encontram-se os núcleos dos predicados, a ver, “detonou-se mais de mil bombas, e as forças de segurança perderam 59 homens em combate”, apresenta uma inobservância na flexão verbal em detonou-se, pois este deveria, de acordo com as regras que regem a concordância entre elementos da estrutura morfossintática, flexionar-se em “DETONARAM-SE MAIS DE MIL BOMBAS”, haja vista que a partícula “se” trata-se de partícula apassivadora e o verbo “detonar” recebe a classificação de transitivo direto. Uma maneira para se verificar a flexão de um verbo em casos análogos em que se confundem quanto às suas concordâncias, é transformar os sintagmas verbais de Voz Passiva Sintética para Voz Passiva Analítica, conforme o exemplo: “detonaram-se as mil bombas” = “as mil bombas foram detonadas”, constatando-se, portanto, que o verbo deve concordar em número com o núcleo do agente da passiva “bombas”. Já a alternativa “c” está em plena conformidade com as regras gramaticais. Assim, a alternativa “c” a única correta possível.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Procedem as alegações do recorrente.

Caro candidato, de fato há erro material no Gabarito. O mesmo não tem opções corretas.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 17

Procedem as alegações do recorrente.

Caro candidato, de fato há mais de um item correto.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa “c” que é objeto de recurso é a única que se encontra correta, conforme Lei 12.986/14, senão vejamos:

II - representantes da sociedade civil:

c) 1 (um) do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 20

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa “b” que é objeto de recurso é a única que se encontra incorreta, pois não é princípio mínimo das Guardas Municipais, conforme Lei 12.986/14, senão vejamos:

“Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - patrulhamento preventivo;

IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e

V - uso progressivo da força.”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa “d” que é objeto de recurso é a única que se encontra correta, conforme Lei 13.869/19, senão vejamos:

“Art. 1º Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.

§ 1º As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa “c” que é objeto de recurso é a única que se encontra correta, conforme Lei 13.257/16, senão vejamos:

“Art. 5º Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo XIII do Edital que rege este processo seletivo. Fica reiterado que *“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”*

Publique-se,

Fortaleza – CE, 12 de janeiro de 2023.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCÁS
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR

I
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **002 - AGENTE DE TRÂNSITO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2022 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCÁS

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa “b”, logo em seu início, apresenta o verbo “espelhar” para introduzir a consequência – sintaticamente, o objeto direto – de “resultados negativos que o Brasil vem colhendo na economia desde 2014.” Entretanto, o verbo mencionado designa, como é sabido, tornar similar uma coisa a outra, o que não é o caso, pois “refletir” (§ 3º) não mantém relação sinonímica com “espelhar” (tomando ambos os contextos para análise), tendo em vista que ambos os termos detêm acepções contextuais distintas; aquela figura numa relação de causa e consequência; já esta, como dito, denota similaridade. Portanto, a alternativa “a” mantém-se como única correta.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com os mais renomados gramáticos da Língua Portuguesa, tradicionalmente a conjunção coordenativa “e” é classificada como “aditiva”; contudo, como é sabido que os sentidos e contextos da linguagem não são estáticos, já se existe praticamente um consenso entre as gramáticas revistas e atualizadas, principalmente as descritivas e de uso, que, assim como a conjunção “e”, outras, como “mas” e “nem”, por exemplo, cumprem funções semânticas tradicionalmente designadas a outras conjunções coordenativas. A questão 08, fazendo-se valer da diversidade morfossintática, pragmática, funcional e semântica do português, apresenta um período em que a conjunção “e” denota aceção de oposição, adversidade, tendo em vista que a relação estabelecida no período “Nossa vida não é boa/ E nem podemos reclamar” demonstra uma adversidade entre as informações inferidas, pois, se a vida não é boa, supõe-se que é lícita a reclamação. Entretanto, o segundo verso traz uma ideia que frustra a expectativa exposta pelo verso inicial do período em questão. Nesse sentido, Bechara afirma que, “nas orações coordenadas aditivas, os lexemas envolvidos podem ter diferentes significados. Dessa forma, é possível retirar um conteúdo suplementar de ‘oposição’”. (Bechara, pg. 320). Já Cunha & Cintra observam que as conjunções podem apresentar muitas interpretações, isso ocorre devido à relação estabelecida entre palavras e orações. O exemplo a seguir mostra a conjunção “e” com um valor semântico adversativo. Pois, no sentido literal, quem aprende pode-se considerar que sabe algo. Na oração apresentada, ocorre o contrário do esperado. Exemplo: “Tanto tenho aprendido e não sei nada”. (F. Espanca, S, 61). Portanto, alternativa “c” constitui-se como única correta.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa “a” que é objeto de recurso é a única que se encontra incorreta, conforme doutrina majoritária, senão vejamos:

“No Direito Administrativo, a autoexecutoriedade não existe, também, em todos os atos administrativos; ela só é possível:

1. quando expressamente prevista em lei. Em matéria de contrato, por exemplo, a Administração Pública dispõe de várias medidas autoexecutórias, como a retenção da caução, a utilização dos equipamentos e instalações do contratado para dar continuidade à execução do contrato, a encampação etc.; também em matéria de polícia administrativa, a lei prevê medidas autoexecutórias, como a apreensão de mercadorias, o fechamento de casas noturnas, a cassação de licença para dirigir;

2. quando se trata de medida urgente que, caso não adotada de imediato, possa ocasionar prejuízo maior para o interesse público; isso acontece no âmbito também da polícia administrativa, podendo-se citar, como exemplo, a demolição de prédio que ameaça ruir, o internamento de pessoa com doença contagiosa, a dissolução de reunião que ponha em risco a segurança de pessoas e coisas.”

Pietro, Maria Sylvania Zanella Di Direito administrativo / Maria Sylvania Zanella Di Pietro. – 31. ed. rev. atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa “d” que é objeto de recurso é a única que se encontra incorreta, conforme Constituição Federal, pois a razoabilidade não se encontra explícito, senão vejamos:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 18

Procedem as alegações do recorrente.

A alternativa “d” que é objeto de recurso é a única que se encontra incorreta, conforme Código de Trânsito Brasileiro, senão vejamos:

“Art. 12. Compete ao CONTRAN:

XIV - dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.”

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 01, de B para D.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de A para C.

DEFERIDO

Questão 20

Procedem as alegações do recorrente.

A alternativa “d” que é objeto de recurso é a única que se encontra correta. Senão vejamos o que diz o art. 4, §5º, da resolução nº 623 do CONTRAN:

“§ 5º A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo ou por recusa desse de recebê-la será considerada recebida para todos os efeitos.”

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 01, de C para D.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de B para C.

DEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa “a” que é objeto de recurso é a única que se encontra incorreta. Senão vejamos o que diz a resolução nº 623 do CONTRAN:

“Art. 4º Caberá ao agente da Autoridade de Trânsito, responsável pelo recolhimento do veículo, emitir a notificação por meio do termo de recolhimento de veículo ou documento equivalente, mediante identificação e assinatura, ou por meio de sistema informatizado que possibilite a identificação do responsável, que discriminará:

II - os equipamentos obrigatórios ausentes;”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 22

Procedem as alegações do recorrente.

Conforme Resolução nº 623 do CONTRAN, senão vejamos:

“Art. 4º Caberá ao agente da Autoridade de Trânsito, responsável pelo recolhimento do veículo, emitir a notificação por meio do termo de recolhimento de veículo ou documento equivalente, mediante identificação e assinatura, ou por meio de sistema informatizado que possibilite a identificação do responsável, que discriminará:

§ 8º Para os veículos com restrição judicial ou policial, a autoridade responsável pela restrição será notificada, o que implica ciência de que o veículo poderá ser levado à leilão caso não seja regularizado e liberado, no prazo de 60 (sessenta) dias.”

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 01 e 02, de D para A.

DEFERIDO

Questão 25

Procedem as alegações do recorrente.

Caro candidato, de fato, não há alternativas corretas.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 29

Procedem as alegações do recorrente.

Conforme Resolução nº 789 do CONTRAN, senão vejamos:

“Art. 3º Os medidores de velocidade são do tipo:

I - fixo: medidor de velocidade com registro de imagem instalado em local definido e em caráter duradouro, podendo ser especificado como:

- a) controlador: medidor de velocidade destinado a fiscalizar o limite máximo de velocidade da via ou de seu ponto específico, sinalizado por meio de placa R-19; ou
- b) redutor: medidor de velocidade, obrigatoriamente dotado de display, destinado a fiscalizar a redução pontual de velocidade estabelecida em relação à velocidade diretriz da via, por meio de sinalização com placa R-19, em trechos críticos e de vulnerabilidade dos usuários da via.”

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 01 e 02, de C para B.

DEFERIDO



III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo XIII do Edital que rege este processo seletivo. Fica reiterado que *“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”*

Publique-se,

Fortaleza – CE, 12 de janeiro de 2023.

INSTITUTO CONSULPAM